

Alguns aspectos da administração do Brasil no século XVIII na perspectiva dos secretários da Marinha e Ultramar

Érika S. de Almeida C. Dias

Doutoranda pela Universidade Nova de Lisboa e
Bolsista da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT-Portugal)

erikasimonedias@gmail.com

Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo e Sousa Coutinho ocuparam a mesma Secretaria de Estado em épocas diferentes. O primeiro, contemporâneo de Pombal e ministro de D. José I, ficou como secretário da Marinha e Ultramar até o dia em que morreu em Março de 1795, no período da regência do príncipe D. João. O segundo, teve o próprio Pombal como padrinho de baptismo, e no decorrer de sua formação como homem de Estado ilustrado, veio a ser chamado correntemente de pombalista, por conta de sua paixão por um absolutismo esclarecido atribuído ao marquês. (Norton, 2008, p. 24).

Conforme José Vicente Serrão, o pombalismo caracterizou-se por ser um projecto político que iniciou durante o reinado de D. José I, e foi empreendido por um conjunto de homens e de entidades institucionais, unidos numa espécie de rede de solidariedades políticas e pessoais, que tinha por centro a figura do marquês de Pombal. Para Serrão, o projecto político do pombalismo exprimiu-se e expandiu-se em pelo menos três direcções, que correram mais ou menos paralelas. A primeira delas refere-se a afirmação e consolidação do Estado enquanto entidade institucional; a segunda, diz respeito a afirmação dum núcleo político dirigente do Estado e da sociedade e, aquela que mais nos interessa, sua acção reformadora global, seu intervencionismo activo sobre as realidades nacionais. (AAVV, 1989, p. 12).

Os dois ministros vão sentir a influência do pombalismo em suas posições, seja no mercantilismo exacerbado que Melo e Castro aprecia e deixa dito em seus escritos sua vontade de implementá-lo de forma rigorosa nas colónias portuguesas; seja nas reformas e projectos desenvolvidos por Sousa Coutinho tanto na secretaria da Marinha quanto no Erário Régio.

Melo e Castro, ministro de D. José I e D. Maria I, e D. Rodrigo, ministro do regente D. João, vão actuar principalmente durante o reinado de D. Maria I, a pia, [1777-1792] e na regência do seu filho [1792-1816]. Período onde a procura da mudança na continuidade está intrinsecamente ligada ao pensamento de muitos intelectuais portugueses e se encontra presente na prática política de alguns dos membros do gabinete ministerial da rainha e do regente. Mudança que se daria através da rentabilização da produção, porém com continuidade na forma do poder político. Para ambos, o poder do rei deveria permanecer absoluto, mas, num período recheado de mudanças políticas por toda a Europa e América, o absolutismo para sobreviver precisaria ser esclarecido, “caracterizando-se pela moderação e bom senso, resultantes de uma definida organização e gestão de poderes, evitando os excessos da tirania e da democracia”, como cita Pedro Silva em seu trabalho acerca do pensamento de Sousa Coutinho. (SILVA, 1997, p. 208).

Sobre os monarcas contemporâneos aos secretários aqui mencionados, pode-se dizer que D. Maria I, a pia, subiu ao trono após a morte de D. José I, rei cujo reinado ficou mais conhecido pelo destaque de seu principal ministro na administração portuguesa no Reino e nas colónias. D. Maria I também vem referida nos livros de História principalmente por suas obras religiosas e pouco por suas reformas administrativas. (ALMEIDA, 2006, p. 42).

Mas D. Maria não foi apenas a rainha que afastou Pombal do poder e desenvolveu várias reformas que atacaram as políticas implementadas pelo principal ministro de seu pai,¹ também foi a monarca que acabou por dar continuidade a alguns dos projectos pombalinos, principalmente no que se refere a cobrança rigorosa dos impostos, o combate ao contrabando, a reforma de leis antigas e a centralização administrativa, expandindo algumas instituições no âmbito cultural e legislativo com o objectivo de fazer algumas mudanças na sociedade portuguesa e brasileira. (MARQUES, 1998, p. 280-300; SERRÃO, 1990, p. 291-300). Ou seja, no essencial,

¹Primeiramente conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ficou mais conhecido como Marquês de Pombal, como principais cargos podemos citar o de secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e depois do Reino e Mercês do reinado de D. José I [1750-1777]. Citado pela historiografia portuguesa sempre por seus extremos, ora como o maior reformista nacional, ou como o mais odiado dos secretários, devido ao autoritarismo e violência com que impôs sua política mercantilista, monopolista, reformista e principalmente centralizadora.

muito do que havia sido feito durante o pombalismo não foi posto em causa após a subida de D. Maria ao poder. (AAVV, 1989, p. 22-24).

D. Maria I manteve no seu reinado pelo menos um ministro que concordava com muitas das ideias do Marquês, principalmente no tocante ao Brasil. Caso de Martinho de Melo e Castro, ministro da pasta da Marinha e Ultramar de 1770 a 1795². Formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, representante de Portugal em Haia e em Londres e, que junto com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário da mesma pasta no período da regência de D. João [1792-1816], herdaram parte do paradigma pombalino para o Brasil, criando as condições para a renovação da agricultura e melhoria da economia colonial no final do século XVIII. (SERRÃO, 1990. p. 54 – 71; MARQUES, 1998, p. 367 – 373).

Brasil, que representava a principal colónia de Portugal³. A colónia brasileira no século XVIII passou a ocupar o lugar mais destacado na economia metropolitana, uma vez que as balanças comerciais apontam que o Brasil, sozinho, exportava para Portugal 83,7% de seus principais produtos e comprava de Portugal 78,4% dos géneros metropolitanos (DIAS, [2005], p. 262). O Brasil era ao mesmo tempo o maior consumidor e o maior fornecedor de Portugal, mesmo com a extracção do ouro em decadência e com o preço do açúcar oscilando durante todo o século XVIII na Europa. (SERRÃO e MARQUES, 1986, p. 172 e p. 97).

D. João, segundo os autores de sua mais recente biografia, não nasceu para ser rei e, as circunstâncias não lhe concederam tempo para que se preparasse para a função. Os sinais de perturbações mentais de sua mãe fizeram com que a substituísse no despacho em 1792. Durante sete anos continuou a despachar em nome da rainha como se ela pudesse voltar a reinar, parecendo que receava atribuir-se a regência que efectivamente exercia. E entre os vários acidentes em que a sua vida foi fértil, o de

² Secretaria criada em 1736, tendo sob sua incumbência todas as atribuições da Marinha e os negócios respeitantes ao ultramar. Pertencia ao seu domínio a administração da Justiça, comércio, Fazenda Real, Governo dos domínios ultramarinos e negócios das missões, bem como nomeações de governadores, capitães-generais, vice-reis, e todos os cargos civis e militares do ultramar. Aparentemente a secretaria ao ser criada acabou por retirar algumas das competências do Conselho Ultramarino, como este havia feito com o Conselho da Fazenda, principalmente no que diz respeito às colónias.

³ Maria Odila resume de forma relevante esse vínculo: “O século XVIII português” – lembra Oliveira Lima em seu livro Dom João VI no Brasil - “fora metade de brasileiro”. (DIAS, 2005, p. 74)

maior significado foi a da retirada da Corte para o Brasil em 1807. (COSTA e PEDREIRA, 2007, p. 8-9).

Traslado que mudou as relações entre centro e periferia, uma vez que o Rio de Janeiro passou a ser a nova capital do Império português⁴. Tal facto marcou profundamente a história de Brasil e Portugal, uma vez que nunca antes um monarca europeu tinha ido visitar suas terras no novo mundo, muito menos residir e administrar suas possessões a partir dele, no outro lado do Atlântico. (O'NEIL, 2007, p. 21-43).

Para o reino invadido por Junot e suas tropas, a saída da família real foi necessária para salvaguardar a monarquia portuguesa, mas tal mudança nunca foi muito bem aceite pela nobreza que ficou e pelo povo que passou a ter dois governos, um do invasor, e outro a distância em sua rica colônia americana. (COSTA e PEDREIRA, 2007, p. 8-9).

Ao se analisar a documentação existente nos arquivos portugueses de finais do XVIII tem-se uma melhor compreensão dos reinados de D. José I, D. Maria I e do início da regência de seu filho. Uma vez que é com Pombal, valido de D. José I, e posteriormente com os ministros ilustrados de D. Maria I que os planos particulares e gerais de uma organização política do Ultramar vão ganhar forma. Primeiro em relatórios, consultas, e depois em projectos concretos de reformas territoriais, económicas, urbanísticas e até de governo que visam vários pontos do império português. (HESPANHA, 2007, p. 63).

Pode-se citar o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, onde encontramos diversos pareceres dos secretários “marianos” nos quais descrevem o modo como viam o Brasil dentro do império português. Exemplo disso são os papéis de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.⁵ Pode-se vislumbrar alguns aspectos de seus pensamentos através

⁴ Concordamos com o conceito de Império, fundamental para a compreensão das relações das conquistas lusas - da América ao Oriente - com o centro da Monarquia em Portugal, e, entre si, conectando umas partes às outras. (BICALHO e FERLINI, 2005, p. 14).

⁵ A documentação referente ao Brasil depositada no Arquivo Histórico Ultramarino foi toda tratada e microfilmada pelo Projecto Resgate “Barão de Rio Branco”, coordenado pelo Ministério da Cultura do Brasil através de sua Assessoria Especial (Dra. Esther Bertolotti). Projecto do qual fiz parte por 10 anos, como pesquisadora e supervisora dos trabalhos das séries Pernambuco, Rio de Janeiro, Brasil - Geral, Ultramar, Conselho Ultramarino, Goiás, Piauí, entre outras. Actuando no Arquivo Histórico Ultramarino desde 1995, o Projecto Resgate já catalogou mais de 190 mil documentos, que resultou em mais de 2400 rolos de microfilmes disponíveis naquele arquivo, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e em algumas

da análise de alguns destes documentos. Abaixo nossa reflexão acerca de duas memórias peculiares.

Os Secretários de Estado de D. Maria I e de D. João

Para se falar em administração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII, além da figura e da política implementada pelo marquês de Pombal, precisamos referir Melo e Castro e Sousa Coutinho, os dois mais simbólicos secretários para a pasta do ultramar português. O primeiro, pelo longo tempo em que ocupou a secretaria e por sua visão mais comprometida com os aspectos mercantilistas e fiscalistas do pombalismo; o segundo, por seu espírito inovador e ideias mais influenciadas pela ilustração que vai caracterizar a administração portuguesa durante a governação do regente D. João. Analisemos alguns aspectos de suas visões para administrar o Brasil através dos papéis que deixaram durante suas administrações naquela secretaria e, para entendermos as diferenças de pensamentos destes dois agentes do Governo português, diremos em algumas palavras algo sobre suas vidas e percursos durante a agitada centúria do 18.

Em Portugal, o absolutismo esclarecido associava-se a figura de Pombal, principal ministro da governação Josefina. Um absolutismo que, dentro do âmbito em que se inseria, se obrigava a ser reformista, com um reformismo tendendo para o fortalecimento do poder real e não para o despontar de uma sociedade liberal. (AAVV, 1988, p. 22). Ora, Melo e Castro no entanto continuava vinculado ao direito canónico e provavelmente mais afeito ao absolutismo da origem divina dos reis que ao esclarecido, mesmo fazendo parte do governo de D. José I desde 1770. Sua origem social fê-lo parte integrante da aristocracia portuguesa setecentista, embora não possuísse título de nobreza. Melo e Castro era neto do 4º conde das Galveias, André de Melo e Castro, um celibatário. Martinho nasceu em Lisboa em 1716, e era filho de Francisco de Melo e Castro, que era filho natural do dito conde. (Valadares, 1997, p. 42-43).

outras instituições no Brasil, Portugal, Espanha, Itália, Holanda e Estados Unidos. E como o Resgate tem por objectivo organizar, catalogar e microfilmar a documentação do Brasil fora do território nacional, esteve presente não apenas em Portugal, mas também na Itália, Holanda e França. Actualmente, além de Portugal (AHU e BNP), o projecto está microfilmando documentos na Espanha e Áustria.

Sua educação foi conduzida pelos jesuítas e foi por eles influenciada, tanto no colégio da Purificação em Évora, da Companhia de Jesus, quanto na Universidade de Évora. Coursou direito canónico em Coimbra e aos 23 anos, em 1739, foi nomeado cônego da Sé patriarcal por D. João V. Em 1751, iniciou sua missão diplomática representando Portugal junto aos estados gerais das Províncias Unidas onde ficou até sua ida para Londres em 1754. (Valadares, 1997, p. 44-50). Melo e Castro ajudou na assinatura do tratado de Paris em 1763, mas segundo Saraiva sua participação não foi assim tão contundente, visto sua grande dependência das ordens vindas de Lisboa, tanto de D. Luís da Cunha Manuel quanto de Carvalho e Melo, e sobretudo deste. (Saraiva, 1985)⁶. Em 1775 é chamado ao governo por D. José I e assume a pasta da Marinha e Ultramar. No que concerne ao Brasil vai procurar implementar um mercantilismo mais rígido e efetivo, atendendo e protegendo no Reino os interesses do clero e dos comerciantes não privilegiados pelas benesses do sistema pombalino. Segundo Valadares (1997, p. 55-57) “Martinho era antes de tudo um mercantilista”.

Por volta de 1777 Martinho de Melo e Castro escreve uma memória⁷ acerca do comércio entre as diferentes partes do Império português e nela vai demonstrar toda a sua preocupação com as liberdades concedidas ao Brasil ao longo do século XVIII e como isso prejudicava Portugal. Neste seu escrito ele deixa entrever seu pensamento acerca da relação entre a metrópole e sua principal colónia, e como, para ele, era complexo gerir o Brasil. Este não é um documento incomum nos escritos do secretário, ao que parece não redigiu muitas, mas tem-se conhecimento de algumas memórias sobre o comércio com a Ásia, sobre a extinção da companhia geral de Pernambuco e Paraíba e sobre queixas ao cônsul inglês por conta dos navios enviados a costa brasileira.⁸

No documento que vamos analisar, sua principal preocupação está centrada no comércio entre as diferentes partes do Império, e ao analisarmos alguns dos itens que

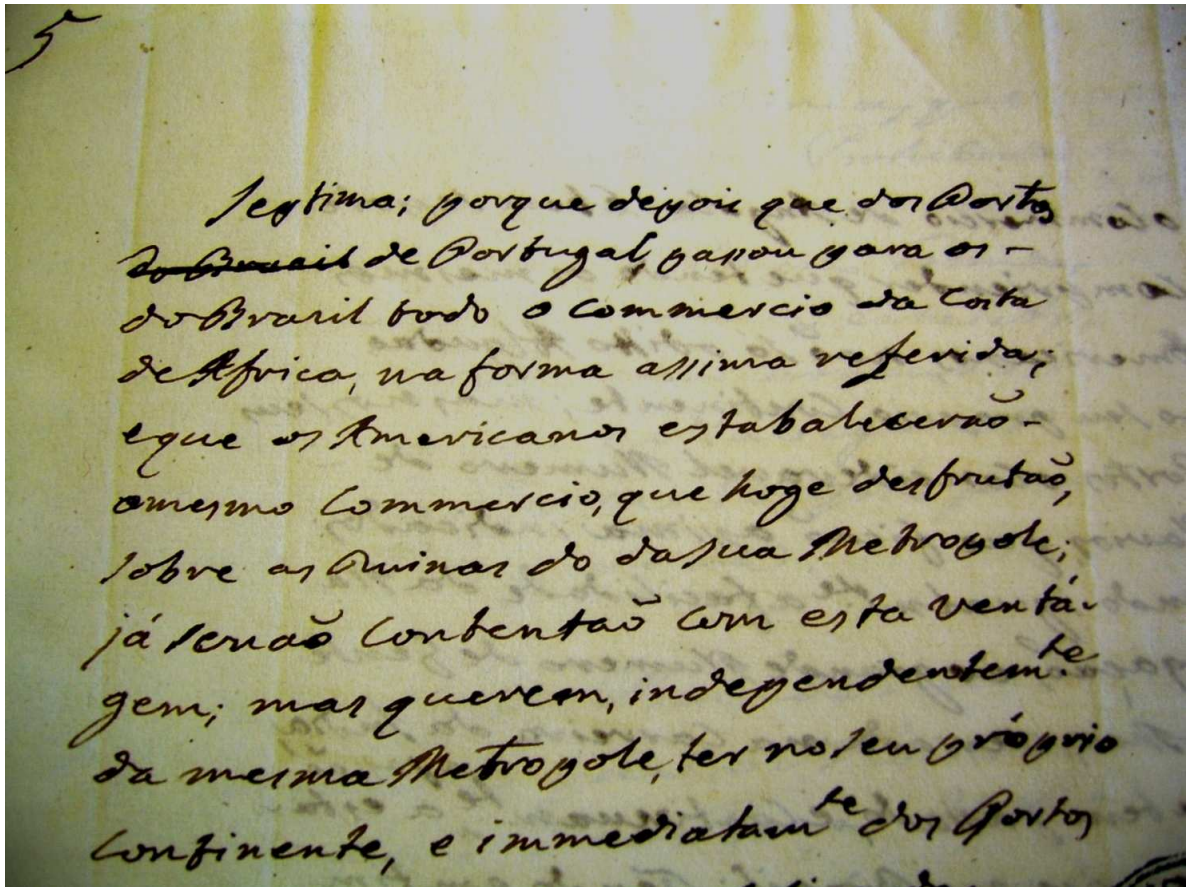
⁶ SARAIVA, José Hermano. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: publicações Alfa, 1985.

Disponível em http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/melo_e_castro/pages/d_jpg.htm

⁷ Este secretário representa o caráter dualista do Governo de D. Maria I, se por um lado achava ser necessário reformar o país e suas colónias, por outro achava que era preciso subjugar as liberdades que o Brasil foi adquirindo ao longo dos séculos por sua posição geográfica e pelas potencialidades de seu comércio.

⁸ Caixas da série Reino - Arquivo Histórico Ultramarino - por exemplo: caixa 32, pasta 21.

ele numera como mais importantes vislumbramos parte de seu pensamento acerca de como administrar o Brasil.



... Porque depois que dos portos de Portugal passou para o Brasil todo o comércio da costa da África... [os americanos] já se não contentam com esta vantagem, mas querem, independentemente da mesma metrópole, ter no seu próprio continente E imediatamente dos portos [da Ásia]... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976).

O documento é uma minuta, de seu punho, e está incompleta, e, no item que ele numera de 6º, vai constatar que a relativa liberdade de comércio dada aos “americanos” é prejudicial a metrópole, pois segundo ele, o natural é que a metrópole seja a recebedora dos géneros coloniais, e de lá, da capital, é que se faça o comércio com as outras colónias.

...a prática universalmente observada por todas as nações é de não permitirem que umas colónias forneçam as outras, os

gêneros que a capital ou metrópole podem [fornecer] ao navegar em direitura a cada uma das mesmas colónias...⁹

E cita a Inglaterra como exemplo desta proibição. A Inglaterra não permite o comércio e navegação entre as suas colónias, o comércio é feito dos portos de Inglaterra para a costa da África:

...destes portos saem os navios para a costa da África, ali vendem as fazendas que levam e compram escravatura com que passam a América; largam aqui [na América] os escravos e carregam açúcar e tabaco, aguardente e outros gêneros próprios para o negócio da África, mas não passam em direitura àqueles portos, mas vêm primeiro à Inglaterra, onde fazem os seus sortimentos e completam assim a sua cargação para tornar a fazer o mesmo giro... E da mesma forma pratica a Holanda... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

Martinho nesta memória tenta explicar que as colónias americanas fornecem os gêneros às suas metrópoles, e são elas que prosperam e aumentam seu comércio e navegação, pois não permitem que suas colónias, principalmente as de diferentes continentes, interajam entre si, obriga-as a fornecerem os seus produtos à metrópole, e da metrópole, saem os navios holandeses e ingleses a fazerem o comércio com as colónias, suprindo assim suas necessidades. Esta era a forma que Melo e Castro considerava ideal para as relações comerciais entre colónia e metrópole, para ele, assim se explicava a riqueza destas nações:

A razão particular destas vantagens dos ingleses e holandeses é porque todas as regulações e providenciais relativas ao comércio e navegação foram sempre e continuam a ser fundadas na impreterível regra de se não [permitir] que umas colónias

⁹ Projecto Resgate, AHU-Brasil-Geral: [Ca. 1777]

INFORMAÇÃO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a independência económica do Brasil em relação a Portugal, os prejuízos que tal fato representam para a metrópole, o intenso comércio feito pelo Brasil para a África e também para a Ásia, o grande número de navios pertencentes as frotas brasileiras, nomeadamente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, mencionando o fato de o Brasil poder subsistir sem a interferência de Portugal, pois até algodão lá já tem, tanto pelas fábricas lá existentes quanto pelo comércio directo com a Índia. AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976.

forneçam as outras os géneros e manufacturas que a capital ou metrópole pode navegar em direitura a cada uma... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

Segundo Martinho, o Brasil precisava de controlo, pois o comércio com a África já estava perdido para os comerciantes brasileiros das praças do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco:

...sem a devida reflexão à mesma regra, temos permitido aos americanos introduzirem em Angola, sem regra, nem limite, não só as produções do seu próprio continente, mas também os géneros e fazendas manufacturadas na Europa, com que se tem feito senhores de todo o comércio e navegação da costa da Mina e Reino de Angola... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

Martinho achava que a permissão para as colónias comerciarem entre si, destruía o comércio e o poderio da metrópole. Era terminantemente contra que se permitisse que do Brasil saíssem navios para Ásia, ele achava que o comércio exclusivo de Portugal com a Ásia era a única forma de se retomar o comércio com Angola, então perdido para os “americanos”. Uma vez que seria possível os navios ao virem da Índia levarem os géneros africanos para Lisboa e de lá, os metropolitanos suprirem as capitánias do Brasil.

Neste seu escrito, ele se queixa das inúmeras vantagens concedidas ao Brasil, cita que a capitania de Pernambuco já possuía um grande número de navios que anualmente era empregado no comércio com a costa da Mina e com Angola, queixando-se até da Companhia geral pombalina que não fazia esforços para triangular o comércio como queria o secretário de estado.¹⁰

¹⁰ Martinho em uma carta ao governador de Pernambuco em 1778, continua a queixar-se da liberdade excessiva dos moradores de Pernambuco, e passo a citar:

“...dos roubos, extravios e contrabandos que nesta capitania [de Pernambuco] se estão fazendo, como se nela não houvesse governo, nem autoridade para os coibir, e para executar a respeito deles as obrigações inerentes ao lugar que vossa senhoria [o governador] ocupa, e além delas, as positivas ordens reais passadas por esta secretaria...” AHU - Códice 583. Martinho repreende o governador por achá-lo muito brando com os moradores que escreviam directamente ao Conselho Ultramarino pedindo a extinção da Companhia geral de Pernambuco e Paraíba que findaria seu monopólio para aquelas capitánias em 1780, extinção que Martinho se opunha.

Cita também que na Bahia já havia cerca de 150 navios, próprios dos seus habitantes, construídos e navegados por eles. E o Rio de Janeiro os tinha ainda em maior quantidade. Ele compara o comércio feito por estas 3 capitâneas para o continente africano e o da metrópole, e conclui que para trinta a quarenta navios que saem do Brasil para os portos da África anualmente, sai apenas um da metrópole portuguesa.

...no comércio e navegação da costa da Mina e Reino de Angola, não é Portugal o país dominante, e que no Reino e Estado de Angola não tem Portugal mais que o simples domínio [político], porque o útil dele passa todo para as mãos dos *americanos*... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

E conclui:

...que todas as nações iluminadas, tais como Inglaterra, Holanda e outras preveniram estas perniciosas consequências por meio de muitas acertadas regulações e providências, resultando delas que o comércio para a costa da África não se faz de suas colônias, mas dos portos de Inglaterra... (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

Esta questão da liberdade de comércio com a África tão debatida e criticada por Melo e Castro, advêm da ordem régia de 1715, quando D. João V proibiu os governadores de Angola e Rio de Janeiro de se envolverem no tráfico de escravos, procurando limitar os negócios privados feitos por eles, advertindo-os para as punições que seriam dadas caso não recuassem em seus negócios particulares, ao mesmo tempo que abria o porto de Luanda para o tráfico com todos os portos brasileiros. (AHU, Cód. 554, fl. 141-150). Embora, tal ordem só entrasse de fato em vigor a partir de 1725. (Ferreira, 2001, p. 343).

Nesta sua memória Martinho demonstra sua vontade de limitar as liberdades que ao longo do tempo foram dadas a colônia americana, para ele, o Brasil já conquistara o comércio com a África, e já não se contentava com esta vantagem, e procurava ter o domínio do comércio com a Índia, para ter no seu continente, e sem intermediações, as fazendas de algodão. Segundo ele, as fábricas já haviam começado a surgir no Brasil:

...Com este fim já estabeleceram no Rio de Janeiro uma fábrica do dito [algodão] e haverá outras de que se não sabe. E têm carregado e continuam a carregar no Rio de Janeiro e na Bahia, navios que mandam passar o Cabo da Boa Esperança a fazerem o comércio nos portos de Ásia, de que o retorno não pode ser outro, na maior parte, senão os das ditas fazendas de algodão, umas para o consumo do Brasil, outras para o comércio de Angola...

(AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

Para Martinho, já havendo fábricas de algodão no Brasil, fazendas de algodão vindas da Ásia diretamente para o Brasil, e gente versada na carreira da Índia que se estabelecia no Brasil, não havia mais dificuldades para o Brasil suplantar o comércio metropolitano para a Ásia, da mesma forma que foi feito com Angola. Tal não poderia causar espanto à coroa portuguesa, quando houvesse um comércio e navegação estabelecido entre Ásia, África e América, sem dependência ou intervenção metropolitana, uma vez que as condições favoráveis já foram concedidas aos americanos para que tal acontecesse.

Para Melo e Castro a única forma de se coibir o agigantamento do Brasil seria o de proibir o comércio directo com a Ásia, assim se animariam as praças de Lisboa e Porto. A única forma de se salvaguardar a metrópole seria proibir que dos portos do Brasil se introduzam em Angola fazendas da Ásia, deixando que tal prerrogativa fosse exclusivamente feita dos portos do Reino de Portugal para aquela conquista.

O secretário tinha suas razões para estar tão preocupado com esta possibilidade. As naus da Índia faziam escala em Salvador desde o século XVI, largando lá as chamadas *fazendas de negro* muito apreciadas na compra de escravos em Luanda. Muitas vezes os reis tentaram proibir tal parada no Brasil. E mesmo com a legislação de 1761 os navios continuavam parando em sua viagem de volta ao Reino, no Rio de Janeiro e Bahia, principalmente, sob os mais variados pretextos. (ALEXANDRE, 1993, p. 64).

Após o terramoto de 1755 poucos foram os navios enviados a Índia saídos da metrópole, segundo a Junta do Comércio de Lisboa parte deste comércio já estava nas

mãos de comerciantes americanos e não apenas por conta do terramoto. Com o pretexto de procurarem escravos em Moçambique por preços mais baixos, estes negociantes estavam enviando navios diretamente ao Oriente. Não era apenas Melo e Castro que acreditava que as principais praças mercantis do Brasil tinham um papel de relevo no Império colonial português, a Junta do Comércio concordava com o ministro pois entendia que Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco faziam concorrência às praças de Lisboa e Porto, e que no domínio do comércio ultramarino português parecia que Portugal era colónia do Brasil e não o contrário. (FERREIRA, 2001, p. 355-356).

Outra sugestão dada por Martinho nesta memória é que se diminua os direitos pagos por cada escravo comprado por navios negreiros metropolitanos, pretendendo uma clara revogação do alvará de 25 de Janeiro de 1758 que estabelecia o valor dos direitos da escravatura. Para ele, uma forma de se incentivar os comerciantes de Lisboa e Porto a concorrer com os comerciantes americanos, era dar vantagem nos impostos cobrados a uns e a outros. Ou seja, os navios brasileiros pagariam o imposto decretado pela lei e os navios vindos da metrópole pagariam uma taxa dois tostões mais baixa por cada cabeça de escravo. Para Melo e Castro, esta era a única forma de se restabelecer o comércio triangular, e dar aos comerciantes das praças de Lisboa e Porto a vantagem no tráfico de escravos, uma vez que para o ministro português o ideal seria os navios saírem de Portugal para Angola, de lá para o Brasil, e do Brasil para Portugal. E não diretamente de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro para a África como vinha acontecendo. (AHU_ACL_CU_003, Cx. 23, D. 1976)

Considerava ser necessário reformar e inovar o país, aderindo ao liberalismo comercial apenas em parte, controlando e refreando os ímpetos autonomistas do Brasil, que se revelavam não só no aspecto económico.¹¹

A minuta escrita por Melo e Castro é relevante no sentido de aclarar as mudanças que começam a ocorrer nas relações centro/periferia na segunda metade do XVIII. Russel-Wood (1998, p. 190) estudando o mundo luso-brasileiro (séculos XVI-

¹¹ Podemos citar por exemplo, a agitação política que ocorreu em 1789, em Minas Gerais, conhecida como *inconfidência Mineira* na qual se conspirou contra o governador, chegando alguns dos fidalgos envolvidos a propor a independência face a Portugal. Em um ofício datado de 1791, Maio, 30, Rio de Janeiro o desembargador da Relação do Rio de Janeiro, Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho escreve a Martinho de Melo e Castro informando "o estado da devassa na capitania de Minas Gerais e a inquirição dos réus; avaliando que as ideias revolucionárias não terão contaminado a população, e citando que é preciso haver cautela e escolher bem os funcionários que terão contacto com pessoas, assegurando-se de sua fidelidade à Coroa portuguesa". AHU_ACL_CU_017, Cx. 141, D. 11040.

XVIII) assinala uma progressiva erosão sofrida pelo princípio mercantilista e pela hegemonia metropolitana em função de uma trajectória direccionada a uma visível autonomia do Brasil frente ao poder central metropolitano. A memória de Martinho insere-se nesta conjuntura de crescente autonomia da colónia.

Melo e Castro morre em 1795, durante o resto do ano a pasta é ocupada interinamente por Luís Pinto de Sousa Coutinho, que também era secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra. Na mesma década de 1790, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, vem se destacando como diplomata em Itália até então, e acaba por assumir a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, precisamente entre 1796 e 1801, período da regência forçada do príncipe D. João. Mais reformista que Martinho de Melo e Castro, D. Rodrigo, bacharel pela Universidade de Coimbra após a reforma do ensino feita por Pombal, também vai escrever várias memórias e reflexões, ainda quando embaixador em Turim, mas é como ministro em Portugal que vai dissertar sobre como melhorar a administração dos domínios portugueses na América. (VILLALTA, 2000, p. 31).

Como se sabe, D. Rodrigo foi criado e educado para ser ministro, era afilhado de Pombal, como foi dito, descendia de uma das casas mais nobres da aristocracia portuguesa, a dos Condes do Redondo (COUTINHO, 1993, Tomo I, p. XV) e era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ex-governador de Angola na década de 1760, e sobrinho de D. Vicente de Sousa Coutinho. Estudou no colégio dos Nobres, uma das inovações de Pombal para a educação da nobreza, e na Universidade de Coimbra, de onde saiu para assumir a casa de seu pai e aprimorar seus estudos, principalmente em línguas estrangeiras. De 1779 a 1796 D. Rodrigo exerceu um cargo diplomático em Turim e vivenciou de perto a revolução francesa e a contra-revolução, e lá completou sua formação intelectual e de homem de Estado. (COUTINHO, 1993, Tomo I, p. XV-XX). Os acontecimentos desencadeados pela Revolução francesa caracterizaram profundamente a época em que D. Rodrigo vivia, imprimindo um carácter de urgência as reestruturações que viria a planear enquanto secretário. (SILVA, 1997, p. 208).

As remodelações e mudanças delineadas por Sousa Coutinho são, de certa forma, fruto de sua educação, e de sua vivência no estrangeiro, em contacto com movimentos políticos e intelectuais de grande amplitude, que ajudaram na sua formação

científica, cultural, cosmopolita e na sua vontade de ser uma das personalidades portuguesas que participaria na transformação que visionavam para o Império português. (COUTINHO, 1993, tomo I, p. XXXIX).

D. Rodrigo acaba por chegar ao Governo e a pasta da Marinha por conta de seu trabalho e ideias enquanto embaixador em Turim, os esforços de seu pai e tio, diplomatas em Londres e Paris, respectivamente, quando da sua nomeação para Turim, e também por indicação de Luís Pinto de Sousa, um "governador pombalino", visto que dirigiu a capitania do Mato Grosso com distinção entre 1769 e 1772, e conhecia bem a realidade brasileira. Pinto de Sousa vai ser nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e vai apoiar diretamente as ideias e estudos de D. Rodrigo (DINIZ SILVA, 2006, p. 143-145), principalmente no que concerne ao Brasil.

Ideias estas que passavam pelo planeamento racional das ações, adopção de meios tecnológicos para melhor extrair metais ou fazer renascer a agricultura. Planeamento, estudos, informações, utilizações de técnicas modernas, baseadas no parecer de brasileiros que estudavam em Coimbra e que tinham alguma ligação com a administração colonial, e que conheciam bem a situação local, visando sempre uma maior integração entre Portugal e Brasil. José Bonifácio de Andrada foi um deles. (SERRÃO e MARQUES, 1986, p. 378).¹²

D. Rodrigo compreendia que o Brasil era parte essencial do império marítimo português e entre 1796 e 1801, procurou obter o máximo de informações sobre esta parte do Império, solicitando aos governadores das capitanias, e outras autoridades, a matemáticos e outros recém-formados em Coimbra, que enviassem mapas de importação e de exportação, das produções e dos preços correntes dos géneros, bem como dos géneros agrícolas que cada capitania produzia. ¹³Uma das muitas minutas de ofícios do secretário exemplifica melhor sua linha de acção, por exemplo:

¹³ E ainda:

Projecto Resgate AHU – Ultramar (035):

1796, Outubro, 11, [Lisboa]

OFÍCIO do [secretário de estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Erário Régio], marquês mordomo-mor, [visconde de Vila Nova da Cerveira e marquês de Ponte de Lima, D. Tomás Xavier de Lima], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], sobre as ordens expedidas pelo Erário Régio às Juntas da Fazenda Real das capitanias dos domínios ultramarinos.

AHU_ACL_CU_035, Cx. 11, D. 842.

[post. 1796]

OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] ao [oficial - maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar], João Filipe da Fonseca, sobre os avisos que deveriam ser expedidos ao vice-rei [do estado do Brasil, conde de Resende, D. José Luís de Castro] e aos governadores de São Paulo [Martinho de Melo Castro e Mendonça] e de Minas Gerais [visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça], sobre a viagem mineralógica de João Manso Pereira para aquelas capitanias, pesquisando, sobretudo as minas de ferro, ouro e prata, além de outros avisos ao governador de Pernambuco sobre a pensão a ser dada a Manuel da Câmara Arruda, ao da Baía, sobre cultura da pimenta; ao de Minas sobre o Serro Frio e sobre seu secretário; ao de Goiás sobre o cravo, noz-moscada e outros vegetais; ao de Angola, sobre a comunicação entre as duas costas africanas e ao de Cabo Verde sobre as pescas do bacalhau e da baleia.

Obs: ver ofício em AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 805.

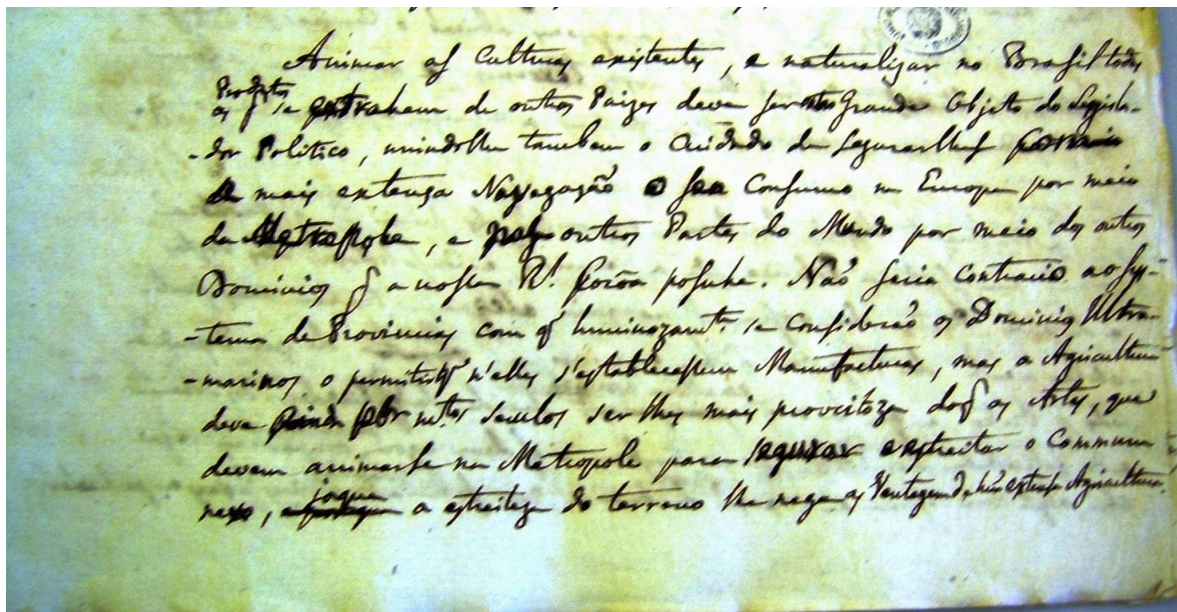
AHU_ACL_CU_035, Cx. 11, D. 849.

Analisemos um parecer de sua autoria, datado de 1797 em que declara que não seria contrário ao sistema colonial permitir o estabelecimento de manufacturas no Brasil, diferentemente do estabelecido em 1785. Sugere que se constituísse uma federação imperial sob a coordenação portuguesa para substituir a velha e decadente relação do sistema colonial, e que se criasse um sistema bancário, orientado pelo Estado, visando direccionar os investimentos para sectores mais promissores. Pensamento progressista que na época não foi bem aceito pela sociedade lusa, mas que veio a acontecer em 1808 com a fundação do Banco do Brasil, já com a Corte no Rio de Janeiro, e em 1815 com a inadiável elevação do Brasil a Reino Unido.¹⁴

¹⁴ Projecto Resgate AHU – Brasil - Geral (003)

Memória escrita por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Julho de 1797, quando foi secretário de estado da Marinha e Ultramar, da qual se remeteu cópia em 1810, Julho, [Lisboa] ao Rio de Janeiro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde das Galveias], D. João de Almeida, sobre a administração dos domínios ultramarinos, sugerindo meios para melhorar a administração régia; destacando a importância comercial das capitanias do Brasil para o Reino.

AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251.



Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países deve ser outro grande objecto do legislador político... Não seria contrário ao sistema de províncias... O permitir que nelas se estabelecessem manufacturas...

(AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3251).

É na *Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*, que D. Rodrigo de Sousa Coutinho delineava os princípios fundamentais da administração colonial (de aumento da agricultura, comércio e fazenda), e defendia a utilização dessa elite luso-brasileira ilustrada e recém-formada em Coimbra, na reflexão sobre o sistema político a ser adoptado pela Coroa portuguesa para conservar a Colónia americana, considerada como a “base da grandeza da monarquia”. Convém recordar que essa elite participaria intensamente de uma política da Coroa portuguesa que abrangia todos os domínios ultramarinos e não apenas o Brasil, política promovida com vigor por Sousa Coutinho no período que comandou a pasta da Marinha e Ultramar. Cita-se, como exemplos, o naturalista carioca João da Silva Feijó, secretário do governo em Cabo Verde, o “brasileiro” Lucas José de Alvarenga, governador de Macau, o médico José Pinto de Azeredo, responsável por estudos de enfermidades em Angola, o matemático Francisco José de Lacerda e Almeida, participante em expedições de investigação entre Moçambique e Angola, entre outros. (DIAS, 2005, p. 76-77).

Para atingir os objectivos propostos eram precisas pessoas capazes de aplicar os novos métodos e de tomar a iniciativa em prol do crescimento das culturas já existentes e da introdução de outras de diferentes origens, do estabelecimento da indústria - contrário portanto à proibição régia de 1785 que não as permitia no Brasil - do aumento

da actividade extractiva, da navegação fluvial. Enviando instruções aos vários agentes de governação local, no sentido de explorarem as riquezas minerais e florestais e de desenvolverem a agricultura e as indústrias a esta relacionadas. (DIAS, 2005, p. 65).

Enquanto no Brasil se procedia à recolha intensiva de informações, em Portugal procurava-se divulgar, por meio de traduções e de edições tecnocientíficas, o conhecimento necessário àquelas actividades. A promoção da distribuição dos livros saídos dos prelos lisboetas por todo o Brasil foi uma das preocupações de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao considerar que o saber adviria da leitura dos livros.¹⁵

Por exemplo, na série reino do Conselho Ultramarino, no Arquivo Histórico Ultramarino, encontramos um conjunto de documentos que exemplificam melhor tais preocupações:

[1797] - 1801, Março, 4 [Lisboa]

OFÍCIOS (5) para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sendo os dois primeiros de frei José Mariano [da Conceição Veloso] [da Oficina do Arco do Cego] sobre a impressão e o despacho de obras literárias e científicas, como por exemplo *a Memória sobre a cultura do linho cânhamo* de Duhamel, *o Resumo da arte de fazer açúcar* de Dutrone e *o Canto heróico sobre as façanhas dos portugueses na expedição de Tripoli* de José Francisco Cardoso; o terceiro, de José Carlos Pinto de Sousa, rogando que se verifique se o príncipe [D. João] lhe dá faculdade de mandar imprimir o livro *Bibliographia Portugueza...*

Obs: o livro de José Carlos Pinto de Sousa foi impresso pela Tipografia Literária do arco do Cego em 1801, sob o título *Bibliotheca historica de Portugal*.

AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 23.

¹⁵ DIAS, 2005, p. 64. Ver também:

1798, Abril, 4 [Lisboa]

OFÍCIO de frei José Mariano [da Conceição Veloso, da Oficina do Arco do Cego] ao [oficial-maior da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar] João Filipe da Fonseca, encaminhado cento e cinquenta exemplares de "*O Fazendeiro do Brasil melhorado*", setecentos exemplares das brochuras das tabuletas das carnes e o rol do resto do importe do que acresceu ao "*Fazendeiro do Brasil*".

Anexo: guia de remessa.

AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 26.

E ainda:

1800, Fevereiro, 20, Buenos Aires

OFÍCIO do padre Francisco Agostinho Gomes ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] remetendo relações das máquinas agronómicas e económicas que encomendou em Londres necessárias para o desenvolvimento da produção agrícola das capitánias do Brasil, e solicitando o embarque destas a bordo do primeiro navio com destino à Bahia.

Anexo: relações, escrito, ofício (minuta).

Obs: documento em inglês.

AHU_CU_Reino, Cx. 23-A, pasta 13.

Com efeito, D. Rodrigo sempre manteve uma forte atenção em relação à administração política e económica do Brasil, ciente do peso da economia brasileira e do comércio colonial na manutenção do equilíbrio económico português no seu conjunto.¹⁶ A prosperidade comercial que vai ocorrer no império português no final do XVIII vai dever-se em grande parte ao papel desempenhado pelo Brasil como fornecedor de matérias-primas e produtos alimentares de procura crescente na Europa, sendo a fonte de um intenso comércio, uma vez que também era consumidor de produtos manufacturados do Reino, de vinho e de escravos das colónias africanas.

A recente historiografia luso-brasileira afluí na mesma direcção no que concerne a este ponto, Valentim Alexandre vai analisar criteriosamente as balanças comerciais entre os anos de 1796 a 1807, período que abarca tanto Sousa Coutinho no governo quanto a ida da Corte para o Brasil por conta das invasões napoleónicas e da pressão inglesa, e vai concluir que o comércio português é superavitário em relação aos países estrangeiros, e deve-o fundamentalmente à exportação de produtos coloniais brasileiros. (ALEXANDRE, 1993, p. 64-69).

Pensamento aceito e bastante discutido pela historiografia brasileira, portuguesa e não só. Por exemplo, Russel-Wood chega a afirmar que do ponto de vista da economia colonial, há um crescente movimento de dependência da metrópole com relação à colónia.

Que o Brasil era periférico nos interesses metropolitanos durante o século XVI é um dado que nunca foi questionado. Ao longo do século XVII reconhecia-se na metrópole a sua posição crítica em relação ao bem-estar económico da mãe-pátria. No século XVIII, o vínculo com o Brasil no que diz respeito à sobrevivência económica de Portugal era indubitável. (apud LEMES, 2005, p. 5).

Embora tenha defendido uma nova reformulação política do Estado português, dando um grande protagonismo ao Brasil, D. Rodrigo acreditava que o Brasil deveria

¹⁶ Isso é passível de constatar pela falta de investimento do ministro em áreas periféricas do império, como Timor por exemplo. (MIRANDA, 2008, p. 84). AHU_ACL_CU_035, Cx. 22, D. 1823. Em 1810 o conde das Galveias queixa-se da falta de empenho do conde de Linhares quando ministro da Marinha e Ultramar no que concerne aos negócios de Timor.

servir apenas de abastecedor da metrópole no que concerne a matérias-primas e minerais, cabendo a Portugal as indústrias de transformação. A inovação está no facto de não ser mercantilista como Martinho de Melo e Castro, que considerava que ter o Brasil como parte do Império era arriscado para Portugal, uma vez que era complexo limitar a liberdade de comércio dos “americanos” e subordinar a colónia da melhor forma para o centro da monarquia. D. Rodrigo pelo contrário, admitia que ter uma colónia como o Brasil só engrandecia a Coroa portuguesa, e que fazendo cedências graduais e necessárias, como o fim dos contratos dos dízimos, do sal e outros, reduziria a carga fiscal dos “brasileiros” e isso só uniformizaria ainda mais o sentimento pátrio e uno dentro desse Império.¹⁷

Contrariar o atraso económico, científico e cultural vivido por Portugal foi sempre uma das finalidades que D. Rodrigo procurou alcançar ao longo de sua vida. Para isso era preciso ajustar o regime político aos novos modelos de desenvolvimento económico tornando-o um meio de aceleração das reformas que urgia concretizar. Se existe alguma característica específica do absolutismo iluminado defendido por Sousa Coutinho, é, precisamente essa indispensável pressão a exercer sobre todos os meios e a todos os níveis, para que os planos de reestruturação da vida nacional viessem a obter sucesso. (SILVA, 1997, p. 208).

Suas ideias viriam a ser mais fortemente influenciadas pelo liberalismo económico a partir de 1808, com a chegada da Corte no Rio de Janeiro. Vindo a tornar-se em um dos mais insistentes defensores dos princípios livre-cambistas aplicados às relações económicas internacionais. Tal mudança de atitude foi o resultado de uma opção estratégica crucial numa conjuntura política e diplomática em que a manutenção da soberania política implicava cedências e compromissos no terreno económico. A abertura dos portos brasileiros e a assinatura dos Tratados com a Inglaterra em 1810 acabaram por recompensar a coroa inglesa pelas acções militares na metrópole invadida pelas tropas francesas. A justificação dos novos equilíbrios económicos e sociais decorrentes do reforço da aliança inglesa foi publicamente defendida na Carta Régia de

¹⁷ Quem melhor explicou as diferenças entre os dois secretários foi o Marquês do Funchal: ...Martinho de Mello organizou as esquadras, D. Rodrigo organizou a sua administração [...] Martinho de Mello mandou constituir o Dique do Arsenal da Marinha, D. Rodrigo mandou educar engenheiros e construtores, sem os quais o dique não seria utilizado...

Revista da Armada, nº 413, Novembro de 2007,

disponível em http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_nov2007/pag_23.html

7 de Março de 1810, cuja redacção foi da responsabilidade de D. Rodrigo. (CARDOSO, 2001, p. 99).

Dois secretários, dois pensamentos. Ambos directa ou indirectamente influenciados pela principal figura do século XVIII português, e com visões distintas do que significava possuir uma colónia como o Brasil e qual a melhor forma de geri-la, como demonstram os papéis que escreveram enquanto ministros de Estado e responsáveis pelos destinos do ultramar português. Destinos que no final do século XVIII estavam em ebulição e que uma Europa em guerra viria a contribuir para as mudanças ocorridas no início do XIX na América portuguesa.

Referências bibliográficas:

A.A.V.V., **Do Antigo Regime ao Liberalismo: 1750-1850**, [Lisboa], Vega, [1989].

A.A.V.V. **Modos de Governar. Ideias e Práticas políticas no Império português: séculos XVI a XIX**, org. Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, São Paulo, Alameda, 2005.

ALMEIDA, Patrícia A. Ramalho. **Manuel António Leitão Bandeira e a Justiça no Maranhão ao tempo de D. Maria I: as relações de autoridade entre o Bispado e a Ouvidoria-Geral maranhense (1785-1790)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima, **O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CARDOSO, José Luís (coord). **A Economia Política e os Dilemas do Império luso-brasileiro (1790-1822)**. Lisboa, CNCDP, 2001.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa – **Textos políticos, económicos e financeiros 1783-1811**. Introdução e Edição Crítica de André Mansuy Dinis-Silva, 2 vols. Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. O Marquês de Pombal e as Companhias de Comércio: as singularidades do caso pernambucano, *in* **Separata da Revista Poligrafia**, n.º 11/12 do Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, Arouca, [2005].

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**, São Paulo, Alameda, 2005.

DINIZ-SILVA, Andree Mansuy. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755 – 1812**, 2 vols., Lisboa e Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002 e 2006.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII) *in* **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. *Depois do Leviatã. Almanack Braziliense*. 2007, Maio. Nº 5, p. 55-66.

LEMES, Fernando Lobo. **Aos pés de Vossa Majestade: câmara municipal autonomia e poder local na sociedade corporativa de Antigo Regime – América portuguesa no século XVIII**. II CONGRESSO SUL-AMERICANO DE HISTÓRIA (Acedido em Agosto de 2009)

Disponível em <http://www.2csh.clio.pro.br/fernando%20lobo%20lemes.pdf>

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal, vol. II: Do Renascimento às Revoluções Liberais**, 13ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998.

MARQUÊS DE ALORNA. **Memórias Políticas**. Apresentação de José Norton. Lisboa, Editora Tribuna da História, 2008.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Ceder Timor: composição em fuga *in* **Revista da USP** nº 79, p. 82-93, São Paulo, 2008.

O'NEIL, Thomas. **A vinda da família real portuguesa para o Brasil**. Tradução de Ruth Sylvia de Miranda Salles. 2ª Edição – Rio de Janeiro, José Olympio, Secretaria Municipal das Culturas, 2007.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**. Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500 - 1808*. **Revista Brasileira de História** [online]. 1998, vol.18, no.36 [cited 01 September 2009], p.187-250. (Acedido em Setembro de 2009). ISSN 0102-0188.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010

SARAIVA, José Hermano. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: publicações Alfa, 1985.

Disponível em http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/melo_e_castro/pages/d_jpg.htm

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal, vol. VI: (1750 – 1807), II parte: Da Viradeira à partida da corte para o Brasil (1777 – 1807)**. 2ª Ed. Rev., Lisboa, Editorial Verbo, 1990.

SERRÃO, J. e MARQUES, O. **Nova História da Expansão Portuguesa - O Império Luso-brasileiro 1750-1822**, (coord.) de Maria Beatriz Nizza da Silva. Vol. VIII, 1ª ed. Lisboa, editorial Estampa, 1986.

SILVA, Pedro Miguel Carvalho Alves. **O Dispotismo Luminozo – introdução ao pensamento de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho**. 1997. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1997.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)**. 1997. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997.

VALENTIM, Alexandre. **Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português**. Porto, Edições Afrontamento, 1993.

VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis**. São Paulo: companhia das Letras, 2000.

Arquivos e Bibliotecas:

-Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - fundo Conselho Ultramarino.

Documentação tratada pelo Projecto Resgate Barão de Rio Branco: séries Brasil – Geral, Ultramar e Reino.

-Biblioteca Nacional de Portugal (BNP): fundo geral, monografias, reservados.